



## Do Santuário de Trindade ao jornal “Santuário da Trindade”: Reflexões sobre as mudanças de posicionamento religioso dos primeiros Redentoristas alemães em Goiás.

From “Santuário de Trindade” to “Santuário da Trindade” Journal:  
Considerations on the changes of religious positioning of the first German  
Redemptorists in Goiás.

Robson Rodrigues Gomes Filho\*

### Resumo

A vinda da Ordem Redentorista para o estado de Goiás, em 1894, revela um contexto político, econômico e religioso peculiar vivido pelo estado, em que, com o fim do regime de padroado, o controle das romarias populares, tanto quanto das manifestações religiosas não-católicas, foram de fundamental importância para a manutenção da hegemonia católica local. O papel desempenhado pelos redentoristas em Goiás, tanto no controle da romaria de Trindade, quanto no combate às religiões e religiosidades não-católicas, teve importante reflexo na edição do jornal “Santuário da Trindade”, através do qual os religiosos incentivavam a participação popular na romaria, e, especialmente, intentavam a formação catequética dos fiéis católicos contra as “falsas religiões”. Este posicionamento redentorista diante das demais religiões, a partir do referido jornal, não condiz, no entanto, com as posições adotadas pelos religiosos da primeira geração, vinda ao estado em 1894, o que nos remete a mudanças significativas em sua postura política e religiosa que merecem ser interrogadas e investigadas. Destarte, o presente artigo objetiva uma análise histórica das mudanças de posicionamento da Ordem Redentorista em Goiás nas primeiras décadas do período pós-padroado, tomando como principal objeto de pesquisa o jornal “Santuário da Trindade”, publicado entre 1922 e 1931.

**Palavras-chave:** Ultramontanismo. Congregação Redentorista. Goiás-Brasil .

### Abstract

The coming of the Redemptorist Order to the State of Goiás, in Brazil, in 1894, reveals a political, economic and religious peculiar context lived by the State. The end of the system of patronage and the control of popular pilgrimages, like non-Catholic religious manifestations, were of fundamental importance for the maintenance of local Catholic hegemony. The role played by the Redemptorists in Goiás, in the control of the pilgrimage of the Trinity or in conflict with non-Catholic religions and beliefs, influenced the journal "Santuário da Trindade", through which the Catholics encouraged popular participation in the pilgrimage, and especially encouraged the catechetical formation of Catholics against the so called "false religions". Such positioning was contrary to the positions adopted by the religious of the first generation that arrived in Goiás in the year of 1894, which refers to significant changes in religious and political diverse posture that deserve to be questioned and investigated. Thus, this article aims to examine the positioning changes of the Redemptorist Order in Goiás in the first decades of the pós-padroado period, taking as its principal object the research journal "Shrine of the Trinity", published between 1922 and 1931.

**Keywords:** Ultramontanism. The Redemptorists. Goiás-Brazil.

---

Comunicação submetida em 21 de setembro de 2011 e aprovada em 01 de dezembro de 2011.

\* Mestrando em História pela Universidade Federal de Ouro Preto, especialista em Docência em Ensino Superior pela Faculdade Padrão (Goiânia/GO), graduado em História pela Universidade Estadual de Goiás. País de origem: Brasil. E-mail: robson.educacao@yahoo.com.br

## Introdução

Embora seja lugar comum na historiografia da Igreja Católica ultramontana a atribuição, quase que automática, de um papel “reformador” e “romanizador” às ordens religiosas estrangeiras trazidas ao Brasil por bispos de linha ultramontana, quando analisamos o caso da Ordem Redentorista, especialmente os redentoristas alemães vindos da Baviera<sup>1</sup>, deparamo-nos com peculiaridades que põem em xeque tais rotulações demasiadamente rápidas.

As notáveis mudanças de posicionamento político e religioso da Ordem Redentorista em Goiás são fruto de um momento delicado da Igreja goiana que se confunde com as relações ora conflituosas, ora harmoniosas, entre os poderes civil e eclesiástico. Contexto este, não coincidentemente, de chegada dos redentoristas a Goiás. Os primeiros trinta anos dessa congregação em solo goiano, tanto quanto as mudanças que objetivamos expor neste artigo, coincidem com a passagem de três bispos pela diocese de Goiás, e, com eles, de mudanças políticas significativas pelas quais o estado passou, gerando diferentes relações entre Estado e Igreja regionais. Acreditamos que tais mudanças, tanto episcopais quanto econômicas e políticas, foram de fundamental relevância para as mudanças de posicionamento dos religiosos redentoristas, evidenciadas no jornal “Santuário da Trindade”.

Não é conflituosa entre os historiadores a ideia de que após o Congresso de Viena (1814-1815) a Igreja Católica sofreu diversas transformações, especialmente no que tange à sua relação com o poder temporal. Como afirma Sérgio da Mata (2007, p. 226), a partir do referido congresso a Igreja se tornou uma “instituição francamente reacionária”. Sobre o assunto, um acirrado debate tem ganhado espaço no campo historiográfico, especialmente no que tange à utilização de termos e conceitos (ultramontanismo, reforma, romanização, dentre outros) que melhor definam os anseios, discursos e práticas assumidas pelo clero brasileiro na transição do século XIX para o XX. Embora reconheçamos a significativa

---

<sup>1</sup> Um interessante e inovador estudo sobre o tema foi feito recentemente pela tese de doutorado de Luciano Dutra Neto (2006), que analisou também os redentoristas, todavia holandeses, e percebeu as mesmas discrepâncias entre a atuação e posicionamentos destes no Brasil e sua rotulação como “agentes de romanização”.

relevância dessa discussão para o tema que nos propomos analisar, obstamo-nos de trazê-la a este artigo com o intuito de melhor focarmos nosso objeto.

Simultânea ao conflituoso contexto de ascensão do ultramontanismo em Goiás, a crise e fim do regime de padroado no Brasil foi um processo que já durava quase um século. Embora os motivos fossem diversos, o fato era que os dois poderes (temporal e espiritual), a partir do advento do século XIX (e com ele movimentos anticlericais ainda mais engajados), a religião enquanto instituição política perdia sua legitimidade diante de uma tendência cada vez mais crescente de laicização dos Estados.

Em Goiás, o bispado de Dom Eduardo Duarte Silva, tido como o último de linha ultramontana, teve sua duração (1891-1907) nesse conturbado contexto da história nacional. Este, somado às dificuldades financeiras decorrentes da laicização do Estado, e, evidentemente, à preocupação com a concorrência religiosa que ganhava força no país, não desanimaram o espírito ultramontano do bispo em questão. Pelo contrário, Dom Eduardo foi talvez o mais controverso e, certamente, o mais conflituoso dos bispos que passaram pela diocese de Goiás.

A primeira reação administrativa tomada pela Igreja de Goiás, pós-regime de padroado, é descrita pela historiografia goiana, de modo geral, como sendo um processo de “estadualização”, e, posteriormente, “restauração” da Igreja<sup>2</sup>. Se por um lado o poder eclesiástico deveria gerir seus próprios recursos e assumir de vez sua independência financeira e administrativa, por outro, ele nunca abandonou suas estreitas relações com o Estado, possuindo ainda interesses em alianças (mesmo que informais) com o poder civil para manter seu monopólio religioso – ou pelo menos garantir seus privilégios. Portanto, ao passo que foi necessária à Igreja Católica uma adaptação radical à nova situação política, econômica e legislativa do regime recém-implantado no país, essa mesma Igreja, em contrapartida, procurava meios (e evidentemente os tinha) de manter estreitas suas relações

---

<sup>2</sup> O termo “estadualização” é descrito pela historiografia como “uma reação imediata à separação entre Estado e Igreja e uma adaptação às novas condições. A Igreja teve de caminhar por si, gerar sua própria receita, manter seminários, fundar colégios, ampliar o número de dioceses e de padres, além de concorrer com o Estado para ter a simpatia da população e influenciá-la” (SILVA, 2001, p. 63). Em contrapartida, a “restauração”, ou “neo-cristandade” representa “uma ação ofensiva da Igreja, visando retomar uma união legal ou uma aliança informal com o Estado para, utilizando suas estruturas, impor o catolicismo como fé e força política na sociedade” (SILVA, 2001, p. 63).

com o poder público, concedendo-lhe regalias e obtendo deste privilégios políticos e econômicos.

### **1 Os primeiros redentoristas alemães em Goiás: posicionamentos sob o bispado de Dom Eduardo Duarte Silva.**

O caso de Goiás, não obstante, possui peculiaridades que merecem ser ressaltadas: o bispado de Dom Eduardo foi marcado por uma relação exacerbadamente conflituosa entre os poderes civil e eclesiástico. A razão está no fato de que a oligarquia dominante em Goiás durante todo o bispado de Dom Eduardo foi a dos Bulhões. Essa família, liderada por José Leopoldo de Bulhões, era diretamente ligada à maçonaria, tanto quanto aos ideais positivista e liberalistas, efetivamente contrários ao ultramontanismo de Dom Eduardo Silva. Tais características geraram inúmeros conflitos entre o governo do estado e a diocese até 1907.

De fato, a sobrevivência financeira da diocese goiana, nesse delicado momento histórico, dependia de uma fonte de renda regular. “Para os padres seculares, em suas despesas, havia ainda o dízimo, e outras formas de colaboração dos fiéis, dinheiro curto, em um estado com pouca circulação monetária” (VAZ, 1997, p. 81). Para o restante da diocese, todavia, o que excedia em bens patrimoniais, faltava em condições financeiras para sua manutenção. A primeira solução viável encontrada por Dom Eduardo foi o “aforamento” de terras paroquiais.

Todavia, embora a venda ou aforamento de tais terras tenha sido uma possibilidade de solução dos problemas financeiros da diocese, ele definitivamente não os resolveu. O motivo está no fato de que dificilmente poderia se ter a simples propriedade da terra como fonte de renda segura, pois o custo da mão de obra para o preparo agrícola representava de 5 a 10 vezes o preço da terra, que, por sua abundância, em função da baixa densidade demográfica de Goiás, era extremamente barata (Cf. VAZ, 1997).

Nesse contexto, a principal alternativa para angariar fundos financeiros sólidos e estáveis para a diocese foi, sem dúvida, o controle administrativo das romarias populares<sup>3</sup>. Esse controle é a ponte principal entre o contexto que vimos abordando até aqui e a chegada da Ordem Redentorista em Goiás.

Os conflitos mais tensos vividos por Dom Eduardo se referem à tentativa de controle administrativo e financeiro das festas e romarias do estado, com destaque para Barro Preto (Trindade), Muquém (Niquelândia) e Antas (Gruta das Antas). O primeiro conflito ocorreu logo na maior romaria do estado: *romaria do Divino Pai Eterno*, em Barro Preto (atual cidade de Trindade). Em Barro Preto, devido às cobranças e à fiscalização, Dom Eduardo chegou, em sua primeira visita, a ser ameaçado de morte.

Diante de tentativas fracassadas de tomar para a diocese o controle financeiro e administrativo do Santuário de Barro Preto, Dom Eduardo viajou à Europa, em 1894, em busca de uma ordem religiosa que, em vista de levar padres (em número mais significativo que os poucos sacerdotes seculares do estado) com formação europeia, pudesse “cristianizar” a romaria (palavras de Dom Eduardo) e retomar o controle dos benefícios financeiros trazidos pela romaria anual.

Na Alemanha, a congregação do Santíssimo Senhor Redentor vivia um período de profunda crise desde 1873, quando, durante a chamada *KulturKampf* (a “luta cultural”), Otto von Bismarck expulsou os religiosos redentoristas do país, ligando-os à imagem dos jesuítas, igualmente exilados. A motivação de tal expulsão refere-se especialmente ao fato de a Igreja Católica estar vivendo o auge do ultramontanismo, em que a fidelidade à figura “estrangeira” do papa, sobretudo com sua sobreposição aos Estados civis, ameaçava a unidade havia pouco forjada na Alemanha<sup>4</sup>. Em todo caso, a congregação redentorista só pôde voltar a atuar no país em 1894, ainda abalada com os 21 anos de exílio,

---

<sup>3</sup> Para se ter uma noção da renda financeira das romarias, em Barro Preto (atual Trindade), segundo Dom Eduardo (SILVA, 2007), a renda líquida no ano de chegada do bispo foi de 22:000\$000 réis (sendo esse dinheiro todo investido pelos coronéis, que controlavam até então a romaria, em gado). Comparando-o com o imposto de exportação arrecadado sobre o gado, o Estado de Goiás, em 1889, portanto no ano anterior, recolheu para seus cofres o valor de 57:670\$550 réis, o que equivalia a 25% de toda sua receita. Entre 1891 e 1894, o montante atingiu 29:381\$890 réis. Sobre o assunto, ver SANTOS, 1976.

<sup>4</sup> Segundo Mata (2007), em países como a Alemanha, o dogma da “infabilidade papal” reforçado no Concílio Vaticano I gerou uma onda de anticlericalismo, que chegava ao ponto de depredar mosteiros. Já no México, por exemplo, ainda hoje esse país não possui relações diplomáticas com o Vaticano, além da Igreja Católica não gozar de personalidade jurídica.

coincidentalmente no mesmo ano em que receberam de Dom Eduardo o convite para a missão em Goiás<sup>5</sup>.

Dos 14 missionários designados para o Brasil, 8 seguiram para a diocese de Goiás, liderados pela importante figura de Padre Superior Gebardo Wiggermann, de 51 anos de idade, auxiliado pelo padre João da Mata Späth, de 63 anos. Os demais missionários eram todos jovens, tinham entre 22 e 37 anos, diferença esta que gerou conflitos entre os mais velhos e os mais jovens ao longo dos primeiros anos de missão (Cf. PAIVA, 2007). Aportados no Brasil, os religiosos seguiram do Rio de Janeiro a São Paulo e, para aqueles que foram designados para Goiás, de São Paulo a Campininhas das Flores (atual bairro de Goiânia). Os que foram para Goiás partiram de São Paulo em 5 de novembro. Seguiram de trem para Uberaba, na companhia de Dom Eduardo, em uma viagem de dois dias. Dali, partiram em lombo de burros em 17 de novembro, rumo a Campininhas, numa viagem de 480 quilômetros que durou 26 dias. A viagem terminou às 13 horas do dia 12 de dezembro. Chovia copiosamente, segundo relatam as cartas dos próprios padres. Completamente encharcados, chegaram, finalmente, ao seu destino. Foram recepcionados pelo vigário, Pe. Inácio de Souza (que havia sido expulso do Santuário de Trindade pelos coronéis locais).

As primeiras dificuldades enfrentadas pelos missionários em Goiás, sem dúvida, se referem às diferenças culturais e linguísticas. O primeiro missionário a iniciar seus trabalhos no estado foi o próprio superior da missão, Pe. Gebardo Wiggerman, que, aproveitando-se de seu conhecimento do espanhol, aprendeu com facilidade o português. Já os demais padres demoraram ainda alguns meses para se adaptar ao novo idioma<sup>6</sup>.

O atendimento da paróquia funcionava da seguinte forma: um padre em Campinas e os outros realizando as chamadas “desobrigas” em lombos de burros pelo interior do estado. “Seis meses na missão, seis meses em casa, por causa da chuva”, foi o acordo estabelecido pelo Pe. Gebardo com Dom Eduardo, ainda na Alemanha. A evidente pobreza do estado, bem como as dificuldades culturais foram empecilhos nos primeiros anos. Mais que isso, embora nos tempos atuais os redentoristas gozem de grande prestígio

---

<sup>5</sup> Lembramos que Dom Eduardo teve ainda que dividir seus missionários europeus com a diocese de São Paulo, comandada por Dom Joaquim Arco-Verde, que, ao saber dos religiosos conseguidos por Dom Eduardo, igualmente os pediu para o superior da província redentorista alemã com intuito semelhante ao de Dom Eduardo: administração do Santuário e Romaria de Aparecida do Norte. Tal atitude não muito agradou Dom Eduardo. Ver SILVA, 2007.

<sup>6</sup> Segundo Paiva (2007), a missão redentorista só foi iniciada de fato no Brasil a partir de 1898, justamente por questões linguísticas e de adaptação.

popular entre a população goiana, os primeiros vinte anos de missão foram marcados por resistências populares, superados por um trabalho cada vez mais marcado pela proximidade dos padres com os sertanejos.

As primeiras resistências se devem à ligação entre os missionários e o bispo Dom Eduardo. As resistências políticas, econômicas e religiosas que se impunham ao bispo se voltavam, em muitos casos, inevitavelmente aos redentoristas, uma vez que, não só eram vistos como estrangeiros de cultura inteiramente avessa aos goianos como, também, aqueles responsáveis pelo controle administrativo e financeiro da principal festa religiosa do estado: a romaria de Trindade<sup>7</sup>.

Embora de fato tenha havido tais conflitos, sendo os redentoristas expulsos do Santuário de Trindade em 1900 sob ameaça de morte, é necessário fazermos ressalvas e distinções quanto à sua atuação e prestígio popular. A primeira e óbvia ligação que se faz à Ordem Redentorista, como uma ordem estrangeira trazida ao Brasil em período ultramontano, é de estes serem auxiliares diretos naquilo que a historiografia brasileira insiste em chamar de “romanização”<sup>8</sup>. A ligação entre as ordens estrangeiras vindas ao Brasil e os ideais ultramontanos, como sendo estes “evidentemente” subordinados ao bispo local, ou mesmo às determinações papais, é algo em que os primeiros anos redentoristas em Goiás contribuem para uma importante revisão.

É fato que a Ordem Redentorista veio a Goiás sob convite do bispo de maior destaque na linha ultramontana no estado, como também é fato que esse bispo (Dom Eduardo) tenha vivido intensos conflitos com as oligarquias locais (por razões políticas), bem como com a população, por uma insistência em modificar seus mais arraigados costumes e tradições, muitas vezes de forma autoritária e intransigente. Todavia, uma leitura mais aprofundada sobre os primeiros missionários redentoristas alemães em Goiás, com destaque para a figura de Pe. Gebardo Wiggerman, superior da missão, revela-nos não só um descontentamento e oposição às atitudes de Dom Eduardo como posicionamentos adversos aos ideais ultramontanos.

---

<sup>7</sup> Em um dos mais tensos conflitos vividos por Dom Eduardo, um coronel de nome Anacleto o desafiou e, em seu diálogo, relatado na autobiografia do bispo, afirma ser ele o administrador do santuário “e não estes frades estrangeiros” (SILVA, 2007, p. 162).

<sup>8</sup> Sobre críticas a esse conceito, ver Santirocchi (2010).

Em um relatório feito por Wiggerman ao Padre Geral da Ordem na Alemanha antes mesmo de partir para o Brasil, por exemplo, lemos advertências interessantes que ressaltam a necessidade de uma adaptação e, em certa medida, respeito à cultura sertaneja local:

Nestas missões as quais os habitantes acorrem de muito boa vontade, deve-se pregar a palavra de Deus de modo simplíssimo (não são necessários grandes oradores, mas comunicadores), administrar os sacramentos e revalidar os casamentos. Os cristão são, pois, rudes, muitas vezes entregues aos vícios; são, porém, dóceis e de fácil trato e têm os sacerdotes em suma honra. (PAIVA, 2007, p. 100).<sup>9</sup>

Em 1896, após um intenso conflito político que levou Dom Eduardo a transferir a sede da diocese da capital de Goiás para a cidade de Uberaba, no Triângulo Mineiro, o bispo esteve em Trindade, onde, segundo crônicas redentoristas, proferiu um sermão fulminante, que em muito desagradou Pe. Wiggerman. No ano seguinte, em outra carta, o mesmo padre superior escreveu aos membros da Vice-Província Bávaro-Brasileira, tanto de Goiás como de São Paulo:

Quero admoestar os confessores para não serem muito rigorosos, nas pregações e no confessionário, quanto aos preceitos da Igreja (santa missa aos domingos, observância da sexta-feira). *Em Goiás quase ninguém está obrigado a eles, porque é simplesmente impossível. Como assistir a uma santa missa, se faltam vestes ou animal, etc. ou se chove?* E, prescindindo de tudo isso, ninguém sabe lá que missa no domingo é preceito grave. *Seria uma imprudência terrível, se um padre dissesse: “quem falta à missa, ou come carne na sexta-feira, comete pecado mortal”.* *Por enquanto deixemos o povo em sua boa fé;* tanto mais por ser impossível para quase todos os goianos a observância desse preceitos. [...] Peço, não sejam os padres rigorosos nisso. Afinal, apelo, ajam com bondade. Após 100 anos, quando os goianos forem bem instruídos no catecismo, poder-se-á proceder com mais rigor. Os brasileiros estimam o trato benevolente. *Rigor e dureza estragam tudo, especialmente, no começo. Não temos por hora e por muito tempo ainda, outra coisa a fazer senão ganhar os corações.* Se, no foro interno, não se achar matéria *absolutionis*, deve-nos ser claro que essa pobre gente não ouviu nunca em sua vida algo sobre os mandamentos de Deus. Procurando-se alguma matéria (descuido no serviço de Deus) reze-se com a pessoa o ato de contrição e dê-se-lhe a absolvição *sub conditione*. (PAIVA, 2007, p. 118, grifo nosso).<sup>10</sup>

---

<sup>9</sup> Relatório de Pe. Gebardo em 1984 ao Padre Geral da Província Alemã, após sua conversa com Dom Eduardo,

<sup>10</sup> Pe. Gebardo Wiggerman, Livro de Determinações, 1897.

Em 1900, quando da expulsão dos redentoristas pelos coronéis locais de Barro Preto, Dom Eduardo foi pessoalmente ao Santuário onde, enfrentando seus adversários, cancelou a assistência religiosa no local e decretou o cancelamento da romaria, que só seria reativada três anos mais tarde, quando os coronéis se renderam às determinações episcopais e permitiram o retorno dos redentoristas. Nessa ocasião, Dom Eduardo se mostrou extremamente duro e intransigente, algo que novamente desagradou Pe. Wiggerman, que em 1903, depois de muito criticar as atitudes do bispo, escreveu novas determinações à missão de Goiás, ressaltando mais uma vez aspectos como o “não uso de termos agressivos”, a “paciência para com os costumes locais”, a “tolerância para com os padrões não romanos” etc.<sup>11</sup>.

Esses curiosos posicionamentos dos missionários redentoristas, de maneira especial do Superior Pe. Gebardo Wiggerman, remetem-nos a reflexões importantes: 1) embora os redentoristas tenham vindo ao Brasil a convite de Dom Eduardo, e, com isso, sejamos tentados a considerá-los meros reprodutores dos ideais ultramontanos de maneira rígida e intransigente, como comumente é demonstrado nos mais diversos casos estudados/generalizados pela historiografia, esses missionários alemães vindos a Goiás pareciam compartilhar de uma tolerância no mínimo incomum ao contexto de “romanização”; 2) esses posicionamentos dos redentoristas junto ao povo goiano foram de fundamental importância para que a Ordem obtivesse prestígio popular, bem como tivesse condições de sobreviver em um período marcado por tantos conflitos entre Igreja, Estado e população em Goiás; 3) esses posicionamentos redentorista, especialmente pregados pelo Pe. Wiggerman, são definitivamente contrários aos evidenciados no jornal "Santuário da Trindade", editado e publicado pela própria congregação, entre 1922 e 1931, o que acreditamos ser fruto tanto de um contexto histórico, político e religioso diferenciado quanto da ausência de Gebardo Wiggerman, que falecera em 1920, o qual certamente representou uma figura central no trato inicial dos redentoristas com a população local nos primeiros anos de missão.

---

<sup>11</sup> Para mais informações sobre as citadas determinações, ver PAIVA, 2007.

## **2 Mudanças no contexto histórico, político e episcopal: novo contexto, novos posicionamentos.**

Com relação ao contexto histórico vivido a partir da saída de Dom Eduardo da diocese de Goiás, em 1907, é perceptível uma interessante reestruturação nas relações entre Estado e Igreja em Goiás. Não coincidentemente, no mesmo ano em que a oligarquia dos Bulhões, principais inimigos políticos de Dom Eduardo e da Igreja em Goiás, são vencidos pela nova força política oligárquica do estado (os Caiado), a Santa Sé autorizou a criação da diocese de Uberaba, onde já estava instalado o bispo Dom Eduardo, deixando desocupado o cargo episcopal de Goiás. Esse cargo foi preenchido por Dom Prudêncio, bispo formado por Dom Silvério Gomes, na diocese de Mariana, cujos posicionamentos políticos e religiosos já não compartilhavam de um caráter tão rigidamente ultramontano. Era o início do processo de “restauração” entre o poder civil e eclesiástico em Goiás.

Durante o bispado de Dom Prudêncio, as relações entre Igreja e Estado começaram a se estreitar novamente. Além de possuir características marcadamente “menos europeias” no trato com o povo e com a política, Dom Prudêncio defendia abertamente que “embora o pacto fundamental que nos rege tenha separado a Igreja do Estado, não quer isto, contudo, dizer que os dois poderes sejam inimigos. Em vez de haver antagonismos, deve existir verdadeira união entre ambos” (VAZ, 1997, p. 166).<sup>12</sup>

Essa reaproximação entre Igreja e Estado em Goiás permitiu tanto uma maior tranquilidade para as ações pastorais, seja de religiosos ou diocesanos, como também garantiu novos subsídios estatais para a manutenção das “obras pias” da Igreja. Esses subsídios e auxílios financeiros por parte do Estado se deram, principalmente, na subvenção de seminários e colégios católicos, bem como na criação e edição de novos jornais ligados à Igreja. Em fevereiro de 1909, Dom Prudêncio comprou por 1:100\$000 réis uma tipografia dos Caiado, e através dela voltou a publicar o antigo semanário "O Lidador". Este, em 1922, daria lugar ao novo jornal editado pela Ordem Redentorista: o "Santuário da Trindade".

---

<sup>12</sup> Dom Prudêncio, em Carta Pastoral em 1908.

Antes de analisarmos a publicação do jornal "Santuário da Trindade", cabe trazeremos mais algumas palavras acerca do contexto regional em que estavam inseridos esses redentoristas editores.

Com a morte de Dom Prudêncio, em 1921, a diocese de Goiás, a partir de 1922 passou a ser governada pelo bispo Salesiano Dom Emanuel Gomes de Oliveira. O fato de Dom Emanuel pertencer à congregação religiosa dos Salesianos é de fundamental importância e impacto para as atividades da Ordem Redentorista em Goiás. Segundo destaca Ronaldo Vaz, ao contrário de Dom Eduardo e Dom Prudêncio (bispos seculares), Dom Emanuel não se encontrava "sozinho", necessitado do auxílio de ordens estrangeiras para os trabalhos religiosos no estado, tampouco dependia de onerosos recursos financeiros provindos do governo. O fato de a Ordem Salesiana ser dotada de excelente situação financeira no Brasil, tão boa quanto religiosa (foi a congregação que mais ordenou bispos durante a Primeira República, um total de cinco), fez com que os trabalhos redentoristas perdessem prestígio, que era de fundamental necessidade. Era, em outras palavras, um típico conflito de congregações religiosas.

Embora, como já dito, a congregação salesiana gozasse de estável situação financeira, o mesmo não se pode dizer da Diocese de Goiás. Dom Prudêncio falecera deixando o episcopado goiano com onerosas dívidas<sup>13</sup>, e o Estado, igualmente mergulhado em dificuldades financeiras, esperava da Igreja sua contribuição, não mais contribuindo de maneira significativa para as obras eclesiais e seminários como antes o fizera.

A profunda crise financeira que novamente vivia a diocese, no entanto, em muito contrastava com a estabilidade que gozava a Ordem Redentorista até então. A razão de tamanha estabilidade não poderia ser outra senão a festa e romaria do Santuário de Trindade, em que, embora os arrecadamentos fossem consideravelmente altos, por contrato firmado ainda com Dom Eduardo, os redentoristas repassavam uma contribuição anual fixa de somente 1:500\$000 réis<sup>14</sup>. Essa estabilidade financeira da Ordem Redentorista gerou

---

<sup>13</sup> Segundo Ronaldo Vaz (1997), a dívida, quando do falecimento de Dom Prudêncio, era de 75:600\$000 réis.

<sup>14</sup> Segundo fiscalização realizada por Dom Emanuel ao cofre do Santuário de Trindade, os valores arrecadados nesse ano pela congregação chegavam à cifra de 52:000\$000 réis, e no ano seguinte de 54:000\$000 réis.

hostilidade não só por parte da diocese, mas, especialmente, dos próprios padres diocesanos<sup>15</sup>.

Evidentemente, mais uma vez os cofres do Santuário de Trindade foram tidos como solução dos problemas financeiros da diocese. Nesse caso, porém, foram membros da própria instituição católica que o bispo teve de enfrentar, e não mais leigos, como foi o caso de Dom Eduardo. O conflito que se deu entre Dom Emanuel e os Redentoristas, destarte, se prolongaram até 1924, quando, após muitas desavenças envolvendo até mesmo a figura do papa Pio XI, foi imposto aos missionários um novo contrato, no qual os serviços da Ordem à diocese se prorrogaram por apenas mais dez anos e o percentual da festa voltado à congregação foi fixado em apenas 10%<sup>16</sup>.

Voltando-nos, finalmente, ao jornal "Santuário da Trindade", editado pela Congregação Redentorista em Goiás entre 1922 e 1931, tomamos este como a principal fonte histórica que nos proporciona analisar as discrepâncias entre os posicionamentos dos padres redentoristas que outrora chegaram a Goiás, e, agora, viviam uma nova crise com a diocese, que, por mais de uma vez, ameaçou a permanência da missão no estado.

A criação do referido jornal, embora seja fruto da boa relação entre os redentoristas e seu antigo bispo (Dom Prudêncio), uma vez que foi dele que a tipografia foi doada para a fundação do jornal, suas raízes remontam a São Paulo, onde a Vice-Província Redentorista, já bem mais estruturada, fundou, em 1904, a editora Santuário, a partir da qual se iniciou o trabalho de imprensa da congregação no Brasil. Doze anos antes da criação do periódico em Goiás, os padres redentoristas já publicavam em São Paulo o jornal "Santuário de Aparecida", cujo mesmo redator chefe, e principal incentivador – Pe. João Batista

---

<sup>15</sup> Importante lembrar que esse conflito se mostra presente na produção historiográfica sobre a Igreja Católica em Goiás, uma vez que o primeiro renomado historiador a escrever sobre o tema foi um padre diocesano (Cônego Trindade) que realçou uma imagem negativa dos redentoristas quanto à questão financeira. Por outro lado, da década de 1970 em diante toma dianteira na produção sobre o assunto o historiador e ex-redentorista Miguel Archangelo dos Santos, que inaugurou uma tendência de enxergar profundas fraquezas religiosas nos padres diocesanos em Goiás, tanto no período pré-ultramontano, quanto em seu momento posterior. Sobre esses conflitos historiográficos, ver VAZ, 1997. Citação de uma carta do Mons. Confúcio ao bispo, quando da fiscalização dos cofres redentoristas em 1924: “Em uma palavra não agitei-me com o tal provincial que é um homem bastante desenvolto e (Deus que me perdoe) mentiroso e enganador, pois quer que eu me convencesse que os Redentoristas, por darem 10:000\$000 a Missão, estavam morrendo de fome. Isto dito por um sacerdote!”.

<sup>16</sup> A proposta redentorista era de renovação de pelo menos 25 anos, ou sem data definida, e 40 a 50% da arrecadação total.

Kiermaier – tornou-se também editor chefe, redator, e principal responsável pelo jornal que tomamos como fonte de análise.

Em primeiro de julho de 1922, na cidade de Campininhas das Flores, foi lançado o primeiro número do referido jornal. Segundo Gilberto Paiva (2007), em dezembro desse mesmo ano, o periódico já contava com mais de 300 assinaturas. Inicialmente, foi editado de forma quinzenal, todavia, houve desde o princípio a promessa de sua edição semanal. Esta só ocorreu, não obstante, a partir da primeira edição de 1924. Os objetivos desse periódico não se limitavam ao combate dos movimentos religiosos não católicos. Nota-se isso já em sua primeira edição, quando os objetivos são explicitados à população. Esses objetivos se diluíam em:

- 1) *Renovar a devoção ao Divino Pai Eterno e ao Santuário de Trindade;*
- 2) despertar o *conhecimento da religião e amor à Igreja*: “Será um jornal católico que procurará argumentar nos católicos o conhecimento da Religião e o amor à Igreja, a fidelidade no cumprimento dos deveres religiosos e o interesse pelas cousas da Religião” (NOSSO, 1922, p. 1);
- 3) a *“proteção” dos católicos*: esse objetivo é notório em todas as edições do jornal, pois há sempre (pelo menos) uma coluna, de nome “Reflexões” em que os redentoristas buscavam o combate a todas as manifestações religiosas fora dos domínios da Igreja. Dentre os declarados inimigos da Igreja expostos no jornal destacam-se: protestantismo, espiritismo, curandeirismo, maçonaria e o comunismo.

De forma geral o jornal “Santuário da Trindade” se apresenta não só como um divulgador e defensor da religião católica. Mais do que isso, o periódico busca informar a população de Goiás dos principais acontecimentos políticos e sociais do estado, do Brasil e mesmo do Mundo. Percebemos nesse periódico grande espaço para tais informações, como a divulgação dos movimentos tenentistas no Brasil, a comemoração do centenário da Independência, em 1922 etc. Além disso, é notório no jornal a presença de propagandas de comércio, colégios (católicos), e produtos vendidos por possíveis patrocinadores. É importante ressaltarmos: a linguagem utilizada nas edições era de fácil e acessível

compreensão<sup>17</sup>, utilizando-se, por exemplo, sempre ao seu final, uma coluna de nome “anedotas”, na qual expressava posicionamentos políticos, religiosos e sociais através de piadas.

Destacamos algumas citações do jornal, dentre inúmeras, que elucidam as posturas dos editores do referido periódico:

1) Com relação às práticas tradicionais e cotidianas da população:

Quem conversa na igreja, rouba a Deus a honra, aos anjos o prazer, às almas do purgatório o auxílio, aos fieis a devoção e o sossego. A igreja é a casa de Deus e, por isto, lugar de todo respeito: mesmo fora dos atos religiosos, não deve servir para lugar de conversa. Muita falta de fé e de educação mostram as pessoas que se portam mal na igreja, faltando, assim, o respeito a Jesus, presente no santíssimo sacramento e às imagens dos santos que se acham sobre o altar (REFLEXÕES, 1923, n. 15, p. 1).

Duas camponesas chegaram à cidade e, passando por uma esquina, perguntaram a um homem gordo que estava à porta de sua venda: – É ali a igreja de São Sebastião? – É, mas que querem fazer lá? Boa pergunta, vamos rezar. – Tolice! Isso não adianta de nada. Olhem eu nunca rezo e no entanto vivo forte e gordo como estão vendo. – Pois não. Lá em casa temos um animal que é até mais gordo que o senhor e que também não reza; mas nós não queremos ser desta qualidade (REFLEXÕES, 1923, n. 19, p. 1).

Quanta tolice há neste mundo. Já veio até cá no sertão uma lista ou cadeia de nomes para ser copiada nove vezes; a quem copiar se promete felicidades; a quem quebrar a cadeia “infelicidade”. Trata-se disto uma simples exploração da ignorância alheia. [...] Quando e como os autoriza Nosso Senhor que é o autor da felicidade? Às pessoas religiosas dizemos: não faça casos desses papeluchos, lance-os no fogo ou no risco. Os que não têm religião certamente copiarão a lista, porque quem não crê em Deus, em troca acreditam em todas as tolices que aparecem (REFLEXÕES, 1923, n. 15, p. 1).

2) Com relação às práticas do catolicismo popular, de maneira especial o “curandeirismo”:

Certamente muitos destes conhecem remédios para os incômodos mais comuns e podem assim aliviar muitos sofrimentos. Mas quando um curandeiro começa a tratar os doentes com rezas e benzeções, quando acha que as doenças são provenientes de maus espíritos ou de feitiços, então é simplesmente um velhaco ou explorador que vive a enganar e roubar os outros. A estes ninguém deve escutar (REFLEXÕES, 1922, n. 3, p. 1)

Esta vais com vistas a polícia. Há quase dois anos que no município de Trindade, distante da vila duas léguas, um tal Flausino, negro boçal sem nenhum preparo

---

<sup>17</sup> Lembramos de que a grande maioria da população de Goiás era analfabeta. Todavia, conforme propõe e incentiva o próprio jornal, as notícias e textos publicados eram lidos aos que não possuíam o “conhecimento das letras”, sendo muitas vezes o mesmo proclamado em praças ou nas portas das igrejas, não ocasionalmente pelos próprios confrades religiosos.

médico, anda curando e matando a pobre humanidade, receitando para todos os incômodos *pinga* e mais pinga. Diversas pessoas têm morrido ali, e outras coisas têm se dado que impressionam a todos quanto não estão interessados em vender pinga. Parece-nos que já seria tempo de se abrir um inquérito policial sobre o que há e o que não há, antes que aconteçam outras coisas (REFLEXÕES, 1924, n. 44, p. 1).

3) Com relação ao comunismo:

No Rio de Janeiro constitui-se um partido comunista, semelhante em seus planos ao que arruinou a Rússia e que ainda faz a infelicidade daquele grande país (REFLEXÕES, 1922, n. 6, p. 1).

4) Com relação ao espiritismo:

Um das grandes pragas que flagelam a humanidade é o espiritismo [...] Nos poucos casos em que aparece um espírito, nunca é uma alma que se chamou, mas sim o demônio, que assim quer seduzir e perder os homens [...] fazem muitíssimas vezes ficar loucas as pessoas que assistem as reuniões [...] Por isso a Igreja Católica condena o espiritismo e proíbe debaixo de pecado mortal a assistência às sessões espíritas [...] Um dos efeitos mais comuns do espiritismo é transtornar a cabeça de quem o pratica. São muito frequentes os casos de loucura provenientes do espiritismo. O diretor do hospício de loucos do Rio de Janeiro declarou que quem leva o maior número de pessoas ao hospício é o espiritismo. E os que não ficam loucos de uma vez, ficam alucinados e dispostos a praticar os maiores desatinos (REFLEXÕES, 1922, n. 19, p. 1).

5) Com relação ao protestantismo:

Anda por quase toda parte um inimigo insidioso e traiçoeiro que tenta roubar ao povo o que tem de mais precioso, a sua Religião, e junto com ela lhe rouba o amor à pátria e a paz na própria família. Este inimigo é o protestantismo, procurando de preferência os lugares onde não há vigário, andam espalhando panfletos, livros e Bíblias falsificadas. Procuram virar a cabeça do povo dizendo que todos devem estudar a Bíblia quando é certo que nosso Senhor nunca disse que todos devem ler a Bíblia, nem que os que não sabem ler não se salvam. Os pregadores protestantes vêm quase todos da América do Norte e seu fim não é cuidar de Religião, mas ganhar partido para que os Estados Unidos da América do Norte possam mais tarde predominar no Brasil. Assim já fizeram no México e em outros países. Se eles quisessem mesmo tratar de religião deviam ficar no país deles, onde há vinte vezes mais pagãos e gente sem Religião que no Brasil. Os católicos devem ter cautela e não se deixar enganar pelos protestantes (REFLEXÕES, 1922, n. 2, p. 1).

As citadas passagens do jornal, embora haja inúmeras outras, elucidam características marcantes do novo posicionamento adotado pelos padres redentoristas em Goiás. Destacamos, no entanto, apenas duas que mais nos interessam aqui: 1) com relação

às práticas religiosas populares; 2) com relação às demais religiões não católicas presentes no estado.

No que se refere às práticas populares, especialmente no que se acostumou chamar “catolicismo popular”, mostramos anteriormente que a primeira geração de redentoristas vindos ao Brasil adotou um posicionamento de evidente tolerância, chegando ao ponto de permitir até mesmo a não obrigatoriedade de participação dos fiéis na celebração dominical. No referido jornal, no entanto, nessas e em outras passagens, percebemos uma postura de pouca tolerância. Pelo contrário, há um claro combate às práticas “curandeirísticas”, às superstições, enfim, às crenças que fogem ao domínio institucional da Igreja Católica<sup>18</sup>. No que se refere às religiões ou religiosidades não católicas tanto há maior ferocidade nos ataques quanto uma maior presença em edições do jornal, especialmente no que se refere ao protestantismo.

## Conclusão

Diante dos fatos, fontes e reflexões expostos, indagamos: *quais os motivos de tais transformações nos posicionamentos dos padres Redentoristas em Goiás?*

Quanto à intolerância às demais religiões, esta é certamente fruto de um contexto histórico, político, social e religioso peculiar vivido pelo Brasil e por Goiás nesse espaço temporal. Se, por um lado, a separação entre Igreja e Estado, em 1890, gerou inúmeras dificuldades financeiras, mas também uma maior liberdade de gestão para o poder eclesiástico, cuja aliança com o Estado foi restaurada informalmente a partir da década de 1920, por outro, a entrada de diversas religiões não católicas, permitidas por lei (ou não, no caso do espiritismo), no Brasil e em Goiás, tornou-se inevitável. Há, aqui, uma clara disputa por legitimidade, tanto quanto por espaço de ação religiosa. Em tudo isso há, evidentemente, uma disputa por fiéis, cuja autoevidência católica rompia-se com o

---

<sup>18</sup> A exemplo do famoso caso de “Santa Dica”: “[...] é assim conhecida a moça histérica, impostora, visionária que vive lá pelas bandas do Rio do Peixe. O povo ignorante e supersticioso se deixa prender por suas baboseiras e asneiras e em grande número para lá se dirigem para ser batizado, crismado e casado sobre os suspeitos de tal embusteira. [...] Tal mulher não passa de uma ignorante e histérica que está enriquecendo à custa do povo ignorante e propenso a coisas sensacionais” (A “SANTA”, 1924, p. 1).

alvorecer do Estado laico, e necessitava ser restaurada a todo custo para manutenção do poder espiritual, bem como temporal, da Igreja Católica.

Em todo caso, ressaltamos, ainda, um contexto histórico totalmente diferenciado para a atuação dos redentoristas em Goiás. Há uma nova aliança entre Igreja e Estado, uma maior estabilidade financeira da Ordem, cujo Santuário de Trindade, nas palavras de Dom Eduardo Silva, fora "cristianizado", dentre outras tantas transformações históricas às quais os religiosos se dispuseram nesses trinta anos de missão.

Há, ainda, finalmente, uma figura que desejamos ressaltar, que acreditamos ser de inteira importância, e que esteve presente nos primeiros anos de missão, como principal liderança da Congregação no Brasil, mas que à época do jornal "Santuário da Trindade" já se encontrava falecido: Pe. Gebardo Wiggerman. Evidentemente, e infelizmente, não temos condições de analisar mais profundamente a figura desse religioso neste artigo, seja tanto por uma questão de espaço quanto por falta de uma pesquisa mais aprofundada realizada sobre sua pessoa. Todavia, desejamos destacar que boa parte dos posicionamentos adotados pelos redentoristas nos primeiros anos no Brasil, refletidos no acolhimento posterior destes pela população de Goiás, são frutos de determinações e destacamentos pessoais do citado padre. Já na Alemanha, através das cartas de negociações de vinda ao Brasil, Pe. Gebardo Wiggerman entrou diversas vezes em conflito mesmo com seu superior geral quanto às formas de atuação das missões em terras estrangeiras. Certamente, um estudo mais aprofundado de sua formação, bem como atuação no Brasil, poderia nos oferecer melhores lentes para compreender essas mudanças sofridas pela Ordem que nos propusemos ressaltar.

Ademais, concluímos reafirmando que houve de fato importantes alterações nos posicionamentos políticos e religiosos dos padres redentoristas alemães em Goiás. Se, por um lado, esses posicionamentos contradizem uma tendência historiográfica que ainda se faz em voga de se considerar as ordens religiosas estrangeiras trazidas por bispos ultramontanos agentes igualmente ultramontanos deles, por outro, as mesmas discrepâncias trinta anos mais tarde se revelam a partir, e somente a partir, das importantes mudanças históricas pelas quais passou a Ordem e a Igreja Católica em Goiás, mudanças estas que caminham tanto pelo âmbito político, econômico, social ou religioso.

## REFERÊNCIAS

- A “SANTA” DE JARAGUÁ. **Santuário da Trindade**, Campinas (GO), n. 66, p. 1, 12 jul. 1924.
- MATA, S. Entre Syllabus e Kulturkampf: revisitando o ‘reformismo’ católico na Minas Gerais do Segundo Reinado. In: CHAVES, Cláudia M. & SILVEIRA, Marco A. (orgs) **Território, conflito e identidade**. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2007.
- NOSSO Programa. **Santuário de Trindade**, Campinas (GO), n. 1, p. 1 01 jul. 1922.
- PAIVA, G. **A Província Redentorista de São Paulo (1894-1955)**. São Paulo: Editora Santuário, 2007.
- REFLEXÕES. **Santuário da Trindade**, Campinas (GO), n. 2, p. 1, 15 jul. 1922.
- REFLEXÕES. **Santuário da Trindade**, Campinas (GO), n. 3, p. 1, 29 jul. 1922.
- REFLEXÕES. **Santuário da Trindade**, Campinas (GO), n. 6, p. 1, 09 set. 1922.
- REFLEXÕES. **Santuário da Trindade**, Campinas (GO), n. 19, p. 1, 29 jul. 1922.
- REFLEXÕES. **Santuário da Trindade**, Campinas (GO), n. 15, p. 1, 13 jan. 1923.
- REFLEXÕES. **Santuário da Trindade**, Campinas (GO), n. 19, p. 1, 10 mar. 1923.
- REFLEXÕES. **Santuário da Trindade**, Campinas (GO), n. 44, p. 1, 26 jan. 1924.
- SANTIROCCHI, I. D. Uma questão de revisão de conceitos: Romanização – Ultramontanismo – Reforma. **Temporalidades**, Belo Horizonte, v. 2, n. 2, p. 24-33, agosto/dezembro, 2010.
- SANTOS, M. A. N. **Trindade de Goiás – uma cidade santuário: conjunturas de um fenômeno religioso no centro-oeste brasileiro**. 1976. 259f. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia.
- SANTUÁRIO DE TRINDADE. Campinas – GO, 1922-1926. n. 1-211. Coleção Convento Santo Afonso. Goiânia: Congregação do Santíssimo Senhor Redentor, Goiânia.
- SILVA, M. M. **A festa do Divino: romanização, patrimônio & tradição em Pirenópolis (1890-1988)**. Goiânia: AGEFEL, 2001.
- SILVA, E. D. **Passagens: autobiografia de Dom Eduardo Silva, bispo de Goyaz**. Goiânia: Ed. Da UCG, 2007.
- SILVA, E. **Passagens: autobiografia de Dom Eduardo Duarte Silva Bispo de Goyaz**. Goiânia: Editora da UCG, 2008.

SILVA, M. **Catolicismo e casamento civil em Goiás – 1860-1920**. Goiânia: Editora da UCG, 2009.

VAZ, R. **Da separação Igreja-Estado em Goiás à nova cristandade. (1891-1955)**. 1997. 332f. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia.